

Os riscos que vêm do exterior

O Brasil encerra o ano de 2000 com um saldo positivo. A economia deverá crescer 4% e a taxa de desemprego de 6,2% registrada em novembro pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi a mais baixa desde dezembro de 1997. Além disso, o governo conseguiu cumprir as metas fiscais acordadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A partir desses dados, os economistas traçam previsões otimistas para 2001. Mas avisam que o Brasil ainda precisa vencer alguns desafios para consolidar o processo de retomada do crescimento iniciado no ano passado. Os principais problemas que podem comprometer o futuro do país são:

EXTERNOS

ESTADOS UNIDOS

É o maior risco que o Brasil enfrentará em 2001. Uma queda brusca no ritmo de crescimento dos Estados Unidos poderá comprometer a expansão econômica de todo o mundo. Caso isso ocorra, as exportações brasileiras terão uma queda expressiva. Além disso, o país perderá investimentos externos, pois a tendência é de que diminua o fluxo de capitais para os mercados emergentes. Como isso, o Brasil poderá ter dificuldades para

equilibrar as contas externas. No próximo ano, o governo precisará de US\$ 58 bilhões para honrar compromissos internacionais, como o pagamento de importações, juros da dívida externa e fretes marítimos.

ARGENTINA


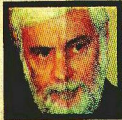



Caso se aprofunde a crise no país vizinho, cairão os empréstimos para os mercados emergentes do Cone Sul, o que diminuirá muito o fluxo de recursos para o Brasil. Com isso, o Banco Central poderá elevar os juros para atrair o dinheiro externo. O encarecimento do crédito reduz o consumo. As vendas do comércio caem e as indústrias diminuem a produção. A consequência é o desemprego e o empobrecimento da população.

INTERNOS

DÍVIDA INTERNA

Os débitos do país com credores continuam elevados, oscilando entre 49% e 50% do Produto Interno Bruto (PIB). Essa taxa causa desconforto aos investidores, o que acaba se refletindo na subida dos juros de empréstimos

AS PREVISÕES PARA 2001

					
	Delfim Netto	Edmar Bacha	Luiz Gonzaga Belluzzo	Marcelo Carvalho	Odair Abate
Crescimento	4%	4%	3%	4%	4%
Inflação (IPCA)	4%	4%	5%	4%	4,3%
Desemprego (*)	7% *	7,5	6,5	6,2	7,4%
Balança comercial (em milhões de dólares)	0	0	- 400	+600	0
Déficit público nominal (1) (% do PIB)	3	3,2	3,5	2,7	2,8
Superavit primário (2) (% do PIB)	3	3,0	2	3	3

* medido pelo IBGE, média para 30 dias
(1) gastos superiores às receitas, incluindo despesas com juros
(2) receitas acima das despesas, sem contar com os gastos com juros

captados por bancos e empresas nacionais no Brasil e no exterior. Para reduzir o nível da dívida para patamares mais baixos, como 47% do PIB, é preciso cortar os gastos públicos. Essa hipótese, contudo, seria rejeitada no Congresso.

CONTAS PÚBLICAS

Analistas de bancos estrangeiros temem que o governo não cumprirá a meta de superávit primário acertada com Fundo Monetário Internacional (FMI). Em 2001, a queda da popularidade de Fernando Henrique Cardoso aliada ao início da corrida pela sucessão presidencial, marcada para 2002, podem elevar as pressões políticas pelo aumento dos gastos públicos.

PRIVATIZAÇÕES

Boa parte dos investidores internacionais acha que o governo pode retardar o processo de privatização. No próximo ano, o governo deve leiloar empresas do setor de energia elétrica, saneamento básico e bancos estaduais. A venda dessas estatais devem render cerca de R\$ 14,5 bilhões.

EXPORTAÇÕES

O país precisa avançar nas vendas externas, especialmente porque o crescimento da economia também está puxando a importação de equipamentos utilizados na montagem de produtos nacionais. Este ano, as importações deverão superar as exportações em US\$ 700 milhões, prevê o banco Lloyds TSB. O aumento das encomendas de mercadorias brasileiras para outros países puxa a produção industrial, cria empregos e ajuda na redução do buraco das contas internacionais.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Muitos analistas acreditam que as mudanças no sistema tributário brasileiro são fundamentais para aproximar o país de uma taxa de crescimento de 6% ao ano. Mas o governo não quer a reforma tributária, porque teme a queda da arrecadação federal. Somente com contribuições, como a CPME, a União obtém cerca de R\$ 50 bilhões por ano e esse dinheiro não precisa ser dividido com os estados e os municípios.

Mundo deve crescer menos

Da AJB

Estudo da Organização das Nações Unidas (ONU) prevê que a economia mundial crescerá 3,5% em 2001. A taxa é meio ponto percentual inferior a de 2000. Segundo o relatório intitulado *Situação Econômica Mundial e Perspectivas para 2001*, o crescimento da América Latina e do Caribe, estimado em 3,9% este ano, cairá para 3,7%. A ONU reconhece que os países em desenvolvimento, como Argentina e Turquia, continuam sujeitos aos humores do sistema financeiro internacional.

Os países ainda terão que superar neste início do novo milênio obstáculos bem conhecidos, como os desequilíbrios em conta corrente, os nervos dos investidores internacionais, as instabilidades nos mercados financeiros e de câmbio e os preços do petróleo. Mas a desvalorização das ações nas bolsas de Nova York neste ano não deve se repetir em 2001. Isso porque, segundo o estudo da ONU, o valor dos papéis está mais próximo da realidade.

A Organização das Nações Unidas estima ainda que o barril do petróleo até o segundo trimestre de 2001 será cotado a US\$ 30. A partir de março, no entanto, os preços começarão a declinar gradualmente e devem cair para cifras entre US\$ 27 e US\$ 28. Os preços dos metais e dos produtos industriais básicos, como farelo de soja e aço, permanecerão sem mudanças com relação aos níveis atuais. O valor dos alimentos e dos produtos agrícolas também não terá variação na comparação com este ano. Isso não favorece as exportações do Brasil, porque grande parte das vendas externas são de produtos agrícolas e industriais básicos.

O estudo da ONU traça um crescimento modesto quanto ao fluxo de investimento internacional nos mercados emergentes, como o Brasil. Mesmo assim, os capitais externos continuarão sendo essenciais para o desenvolvimento das economias desses países.